

Fernando Molica

Deputado preso: mais um

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de prender o deputado fluminense Thiago Rangel (Avante) — mais um! mais um! — repete uma espécie de roteiro do processo de privatização e de espoliação do Estado.

O esquema é simples: em busca de apoio no Legislativo (neste caso, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio), um chefe do Executivo (foi o então governador Cláudio Castro, do PL) loteia a máquina pública. Pedacos da estrutura são entregues para deputados para que dela façam o que bem entenderem. Não é raro que optem por roubar.

De um modo geral, essa entrega de setores do Estado não está relacionada à aplicação de determinadas políticas públicas compatíveis com a ideologia do partido aquinhoado. O parlamentar recebe esses espaços para deles usufruir. Isso inclui a possibilidade de empregar protegidos e/ou cabos eleitorais e, se for o caso, embolsar dinheiro relacionado à contratação de obras e serviços.

Descompromissados com a defesa de determinadas políticas públicas, muitos políticos usam seus mandatos como passaportes para o enriquecimento ilícito. Acham que é deles o que pertence a todos nós.

Há ocupantes de cargos públicos e até mesmo analistas da cena institucional que enchem a boca para dizer que esse tipo de prática é uma forma clássica de “fazer política”. Há uns dias, diante das surras que o governo federal levou do Congresso, alguns chegaram a dizer que o presidente precisava “fazer política”.

A expressão acabou virando um eufemismo para

a prática da bandalheira — antigamente, pelo menos, falava-se mais em toma lá-dá cá, algo mais próximo da realidade. Governos que exercitam o tal fazer político com frequência são exaltados por sua capacidade de articulação e de convencimento; recebem elogios por ter tão boas relações com o Legislativo.

Isso, claro, até o momento em que a casa cai. Aí, todo mundo lembra das nomeações para a Caixa Econômica, para estatais, para a intocável e, de certa forma, exemplar Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, a Codevasf, oito letrinhas que choram pelas riquezas por ela derramadas.

Esse esquemão de operar (verbo mais dúbio e, por isso, neste caso, mais exato) a política funciona no país inteiro, está espalhado pelos diferentes níveis de governo. O que muda é o grau de comprometimento de agentes públicos com essas jogadas.

Importante ressaltar que todas essas maracutaias têm como cúmplices eleitores que, nas urnas, pouco dão importância a aspectos mais importantes e amplos desse ou daquele candidato, das propostas defendidas por seu partido. Isso, principalmente no caso de escolha de representantes no Poder Legislativo.

E aí, tome de vereadores e deputados eleitos com base em promessas vagas e imprecisas ligadas a discursos genéricos relacionados a objetivos de difícil avaliação — costumam falar em Deus, em religião, em família, questões que não têm a ver com políticas públicas. É importante que a polícia e a Justiça prendam quem surrupia dinheiro que é de todos, mas o eleitor bem que poderia ajudar um pouco.

Tales Faria

Galípolo envia à CAE caso de US\$ 338 milhões contra Campos Neto

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, não compareceu à sessão desta terça-feira, 5, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para a qual havia sido convidado. Segundo a CAE, Galípolo argumentou, para sua ausência, que está doente, mas ele enviou um documento que havia prometido na sessão de novembro, quando depôs na Comissão.

Trata-se do “Termo de compromisso”, assinado pelo ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto em 2 junho de 2025, pelo qual, mediante o pagamento de uma multa de R\$ 300 mil, ele se livrou de todas as acusações de ter participado, quando diretor do Banco Santander, de supostas práticas de ilegalidade em operações cambiais investigadas em um “processo administrativo sancionador” de número 173611. Em 10 de julho o Banco Central afirmou ter recebido o tal pagamento de Campos Neto e declarou “extinta a punibilidade”.

A coluna teve acesso ao “Termo de compromisso” e ao processo sancionador que apontou, nas suas “descrições das ocorrências”, supostas irregularidades nos documentos “de qualificação de 51 pessoas jurídicas” que contrataram US\$ 255 milhões em operações de câmbio no Banco Santander. O processo também apontou que “o Santander deixou de verificar a legalidade de um conjunto de operações de câmbio, no montante de US\$ 83 milhões”. Total: US\$ 338 milhões.

Mas o Banco Central lembra que o Termo de Compromisso “não importa confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento da ilicitude da conduta analisada nos autos” e declara “a extin-

ção da punibilidade e arquivamentos do processo, em relação a Roberto Campos Neto”. O Comitê de Decisão do Processo Administrativo Sancionador (Copas) era presidido pelo diretor do Banco Central Ailton de Aquino Santos, que foi quem assinou o arquivamento do processo.

Galípolo levou mais de cinco meses para enviar à CAE o tal “Termo de compromisso” que já estava há tempos nos arquivos do Banco Central. Seu não comparecimento ontem na comissão irritou os senadores num momento em que há um completo mal-estar, digamos assim, na relação entre o Senado e o governo por causa da derrubada da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde a derrubada de indicação, clima entre o Senado e o governo é de desconfiança generalizada. Parte do governo e do PT avalia que o caso Master está por trás das dificuldades com o Congresso. Não haveria interesse do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União AP), e da cúpula do centrão de investigar as irregularidades cometidas pelo dono do banco, Daniel Vorcaro, e por isso os senadores resolveram derrotar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pressionando-o contra a parede.

Mas, segundo avaliação do Palácio do Planalto, o comparecimento de Galípolo na CAE do Senado, neste momento, serviria apenas para colocar um membro do governo na berlinda, alimentando UM noticiário noticiário negativo. O presidente do Banco Central, por sua vez, compartilha da opinião do Palácio e acha que acabaria figurando como bode expiatório num momento de crise.

EDITORIAL

Medidas de curto prazo ao preço da gasolina

O preço dos combustíveis no Brasil voltou ao centro do debate público, pressionando famílias, encarecendo o transporte e impactando toda a cadeia produtiva. Diante desse cenário, o Governo Federal tem buscado alternativas para conter a escalada da gasolina, entre elas a elevação da mistura obrigatória de etanol anidro de 30% para 32%. A medida, à primeira vista técnica, carrega implicações econômicas, ambientais e sociais que merecem análise cuidadosa.

Sob o argumento de que o etanol é, em geral, mais barato que a gasolina pura, o aumento da mistura pode, de fato, gerar algum alívio no preço final ao consumidor. Trata-se de uma estratégia que aproveita a vocação brasileira para a produção de biocombustíveis, reduzindo a dependência de derivados de petróleo e amortecendo oscilações do mercado internacional. Além disso, há ganhos ambientais, já que o etanol emite menos gases de efeito estufa, alinhando a política energética a compromissos climáticos.

Entretanto, a eficácia da medida como solução estrutural é limitada. O impacto no preço final tende a ser marginal e condicionado a fatores que fogem ao controle do governo, como o valor do açúcar no mercado global, que influencia diretamente a

produção de etanol, e as variações cambiais. Em momentos de alta demanda ou de quebra de safra, o etanol pode, inclusive, encarecer, anulando o efeito pretendido.

Outro ponto crítico é que a política não ataca o cerne do problema: a volatilidade dos preços internacionais do petróleo e a política de precificação adotada no país. Sem uma estratégia mais ampla, que inclua revisão tributária, investimentos em refino e maior previsibilidade regulatória, medidas pontuais tendem a funcionar apenas como paliativos.

Há também o risco de que a mudança seja percebida mais como gesto político do que como solução concreta. Em um ambiente de inflação persistente, a população espera resultados tangíveis, e não apenas ajustes técnicos de efeito incerto.

Assim, embora o aumento da mistura de etanol represente um passo coerente dentro de uma política de transição energética e possa trazer benefícios pontuais, ele está longe de resolver o problema do alto custo da gasolina. O desafio exige uma abordagem mais abrangente, que combine responsabilidade fiscal, planejamento de longo prazo e sensibilidade social. Sem isso, iniciativas como essa continuarão sendo vistas como insuficientes diante da dimensão do problema.

Opinião do leitor

Senna eterno

Ayrton Senna morreu aos 34 anos, fazendo o que gostava, e no lugar que a história lhe reservou por direito à liderança. Ayrton Senna, o maior de todos os tempos. Que o nosso Ayrton Senna grande águia e eterno ídolo brilhe eternamente em nossos corações. Onde você estiver Senna, receba sempre nosso amor, carinho e gratidão eternos!

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.